

Comunicado à Imprensa

Ratings 'brAAA' da Eneva S.A. reafirmados e ratings atribuídos às novas emissões de debêntures; perspectiva estável

21 de janeiro de 2020

Resumo

- Acreditamos que a geradora de energia Eneva S.A. (Eneva) deve continuar apresentando geração de caixa sólida e estável, permitindo atravessar seu ciclo de investimentos para expansão da capacidade sem comprometer sua qualidade de crédito.
- Em 21 de janeiro de 2020, reafirmamos o rating de crédito corporativo 'brAAA' da Eneva, refletindo nossa expectativa de que a empresa atingirá um pico de alavancagem em 2020 como resultado do seu elevado programa de investimentos, mas, que, após esse pico, se desalavancará rapidamente a partir de 2021.
- Atribuímos também os ratings de emissão 'brAAA' e de recuperação '3' às 3ª e 4ª emissões de debêntures da empresa, com vencimentos em 2027 e 2030, respectivamente, totalizando R\$1,25 bilhão. As debêntures terão seus recursos destinados aos investimentos em expansão.
- A perspectiva estável do rating de emissor reflete nossa expectativa de que a execução dos projetos em andamento ocorrerá sem maiores atrasos e sobrecustos, possibilitando uma rápida recuperação da alavancagem para níveis próximos a 3,5x após atingir o pico em torno de 4,5x em 2020.

Fundamento da Ação de Rating

A reafirmação do rating de crédito corporativo da Eneva reflete nossa expectativa de que o pico de alavancagem que esperamos ser atingido em 2020 será temporário e decorrente da concentração de investimentos na construção de duas novas plantas de geração de energia térmica, Parnaíba V e Jaguatirica, sendo naturalmente revertidos a partir de 2021, assim que esses ativos passarem a contribuir com geração de caixa após entrarem em operação. Acreditamos que o grupo continuará obtendo financiamento adequado para a execução desses projetos em andamento, e que a liquidez permanecerá confortável nesse período.

O rating 'brAAA' atribuído às 3ª e 4ª emissões de debêntures da Eneva, no valor de R\$ 650 milhões e R\$ 600 milhões, respectivamente, as quais financiarão parte dos investimentos nesses projetos, reflete nossa visão de que não há subordinação significativa das emissões a outros passivos da empresa. Como a Eneva, emissora das debêntures, é uma holding operacional e geradora de caixa, que se financia sobretudo por dívidas *unsecured* (dívidas com garantias reais representam

ANALISTA PRINCIPAL

Alvaro Landi
São Paulo
55 (11) 3039-9757
alvaro.landi
@spglobal.com

CONTATO ANALÍTICO ADICIONAL

Marcelo Schwarz, CFA
São Paulo
55 (11) 3039-9782
marcelo.schwarz
@spglobal.com

LÍDER DO COMITÊ DE RATING

Marcelo Schwarz, CFA
São Paulo
55 (11) 3039-9782
marcelo.schwarz
@spglobal.com

menos de 5% do total), os ratings de emissão estão no mesmo nível do rating corporativo de longo prazo da empresa.

O plano de expansão da Eneva para os próximos anos se resume aos seguintes projetos:

- Usina termelétrica a vapor de **Parnaíba V** (a quinta usina térmica do complexo Parnaíba), que terá 385 megawatts (MW) de capacidade instalada, e será integrada à usina termelétrica a gás natural de Parnaíba I, utilizando o vapor proveniente da queima do gás da usina existente para gerar energia. A Parnaíba V já possui contratos para vender 326 MW médios em energia de reserva por 25 anos a partir de 2024, com uma receita fixa de R\$ 272 milhões (conforme valor definido em março de 2018) por ano e variável (a receber quando solicitado o despacho de energia) de R\$105/MWh (março/2018). A Eneva espera que o ativo entre em operação no segundo semestre de 2021, após finalizado o investimento total de R\$ 1,3 bilhão.
- Usina termelétrica (UTE) a gás-natural de **Jaguaririca II**, que terá capacidade instalada de 132MW e será integrada ao suprimento de gás natural proveniente do Campo de Azulão, na Bacia do Amazonas, adquirido pela Eneva em 2018, por meio de um “gasoduto virtual” composto de liquefação do gás natural no campo de extração, transporte rodoviário até Boa Vista (1.100 km) e regaseificação em área próxima à usina. De acordo com o Contrato de Comercialização de Energia Elétrica e Potência nos Sistemas Isolados, a UTE Jaguaririca II terá o compromisso de entregar 117 MW médios pelo prazo de 15 anos, a partir de 28 de junho de 2021, contando com receita fixa de aproximadamente R\$ 430 milhões (novembro/2018), reajustada anualmente pelo IPCA, além de receita variável equivalente aos custos de combustível e demais custos variáveis quando estiver despachando energia. Esperamos que esse projeto seja entregue durante 2021, ao custo total de R\$1,8 bilhão e que o campo de Azulão, cujas reservas provadas totalizam 3,6 bcm (bilhões de metros cúbicos), atenderá a demanda de Jaguaririca II durante toda a vigência do contrato, mesmo em um cenário de despacho máximo.

Além de tais projetos, a empresa planeja construir a usina a vapor de Parnaíba VI, que será integrada à Parnaíba III e contará com 92 MW de capacidade, semelhante à integração de Parnaíba V à Parnaíba I. A planta possui contrato para vender 70 MW médios pelo prazo de 25 anos a partir de janeiro de 2025, contando com receita fixa de R\$ 85 milhões (abril/2019) ao ano e variável de aproximadamente R\$ 220/MWh (abril/2019). O projeto demandará investimentos de quase R\$ 500 milhões e o início da construção está previsto a partir do segundo semestre de 2022, quando acreditamos que a empresa terá capacidade de absorver novos investimentos sem que a alavancagem se aproxime dos níveis esperados para 2020.

Perspectiva

A perspectiva estável do rating de crédito de emissor continua refletindo nossa expectativa de que a Eneva continuará apresentando geração de caixa operacional forte e previsível nos próximos 12 meses, e que entregará seus projetos de expansão sem atrasos e sobrecustos. Com isso, após atingir seu pico em 2020, estimamos que a alavancagem em termos de dívida líquida sobre EBITDA retornará naturalmente para abaixo de 3,0x. Acreditamos também que a empresa se beneficie de certa flexibilidade na realização dos investimentos e de adequado acesso ao mercado de crédito, contribuindo para manutenção de uma liquidez confortável durante seu ciclo de investimentos.

Cenário de rebaixamento

Uma alteração no rating da Eneva para 'brAA+' nos próximos 12 meses poderá ocorrer se houver pressão de liquidez durante o momento de maior concentração dos desembolsos para entrega dos projetos de expansão, assim como se a alavancagem for sustentada em níveis consistentemente superiores a 4,0x dívida líquida sobre EBITDA, o que poderia acontecer, sobretudo, em caso de atraso na entrega dos projetos.

Cenário de elevação

Dado que o rating da Eneva se encontra no topo da Escala Nacional Brasil, não contemplamos um cenário de elevação.

Descrição da Empresa

A Eneva é uma geradora de energia elétrica, com capacidade instalada total de 2.153 MW, sendo 1.428 MW de térmicas movidas a gás – capacidade esta distribuída entre as usinas Parnaíba I (675MW), Parnaíba II (519MW), Parnaíba III (178MW) e Parnaíba IV (56MW), todas localizadas no complexo Parnaíba, no estado do Maranhão – e 725 MW de térmicas a carvão – cuja capacidade é distribuída entre as usinas Itaqui (360MW) e Pecém II (365MW), localizadas, respectivamente, nos estados do Maranhão e Ceará. Com a conclusão das usinas Parnaíba V, Parnaíba VI e Jaguatirica II, a capacidade total da Eneva será de 2.770 MW.

A empresa possui autossuficiência em gás, contando com reservas próprias certificadas que totalizam 27,7 bcm (2P), sendo 24,1 bcm localizados na própria bacia do Parnaíba (estado do Maranhão) e 3,6 bcm no campo de Azulão (Amazonas).

Nosso Cenário de Caso-Base

As principais premissas do nosso caso-base são:

- Inflação – que é o indexador da tarifa da maioria dos contratos da Eneva e também de parte de seus custos – de 3,30% em 2020 e 3,80% em 2021;
- Preço do Henry Hub, pelo qual parte das tarifas dos contratos da Parnaíba I são indexados, de US\$2,25 por milhão de btu (*british thermal unit*) em 2020 e US\$2,50/btu em 2021;
- Preço do carvão, que embora impacte os custos de produção de energia nas usinas movidas a esse combustível, é totalmente repassado às tarifas, e no valor de US\$70/tonelada (t) a US\$80/t em 2020 e 2021;
- Câmbio médio de R\$ 4,11/US\$1,00 em 2020 e R\$ 4,16/US\$1,00 em 2021;
- Disponibilidade média das usinas termelétricas mantendo-se em torno de 95;
- Despacho médio entre 35%-40% em 2020 e 2021;
- Investimentos de cerca de R\$ 3,0 bilhões em 2020 e R\$ 900 milhões em 2021;
- Não haverá distribuição de dividendos nos próximos anos, considerando o volume de prejuízos acumulados em anos anteriores.

Como resultado, esperamos o seguinte:

- Receita líquida de cerca de R\$ 2,6 bilhões em 2020 e R\$ 3,2 bilhões em 2021;
- EBITDA de cerca de R\$1,3 bilhão em 2020 e R\$1,7 bilhão em 2021;

S&P Global

Ratings

- Índice de dívida líquida sobre EBITDA em torno de 4,3–4,8x em 2020, refletindo o pico dos investimentos, e depois se aproximando de 3,5x em 2021;
- Geração interna de caixa (FFO - *funds from operations*) sobre dívida líquida entre 10%-15% em 2020 e próximo a 20% em 2021.

Liquidez

Continuamos avaliando a liquidez da Eneva como adequada, considerando nossa expectativa de que a empresa deverá ser capaz de sustentar a relação entre fontes e usos de liquidez bem acima de 1,2x nos próximos 12 meses e que suas fontes de caixa continuarão excedendo seus usos mesmo que haja uma redução de 15% no EBITDA.

Além disso, nossa análise incorpora a flexibilidade da empresa proporcionada pelo seu acesso ao mercado de crédito e sua capacidade de postergar parte dos investimentos em expansão, se necessário. Levamos em conta ainda a capacidade da Eneva de absorver eventos de baixa probabilidade, mas de elevado impacto nos próximos dois anos sem necessidade de refinanciamento, graças à sua posição elevada de caixa e à baixa concentração de vencimentos de dívida no curto prazo.

Principais fontes de liquidez:

- Posição de caixa (não restrito) de cerca de R\$ 1,5 bilhão em setembro de 2019;
- Geração de caixa operacional pós-pagamento de juros e impostos (FFO) em torno de R\$ 750 milhões a R\$ 900 milhões por ano;
- Captação de R\$1,25 bilhão por meio das 3^a e 4^a emissões de debêntures.

Principais usos de liquidez:

- Vencimentos de dívida de curto prazo de aproximadamente R\$ 490 milhões em setembro de 2019;
- Necessidades anuais de capital de giro de até R\$ 150 milhões;
- Investimento mínimo de R\$ 1,5 bilhão em 2020.

Cláusulas Contratuais Restritivas (*Covenants*)

As debêntures da Eneva contam com *covenants* financeiros que podem resultar na aceleração não automática caso a alavancagem da empresa em termos de dívida líquida sobre EBITDA supere 5,0x entre setembro de 2020 e junho de 2022 e 4,5x a partir de então.

Apesar da menor folga nos *covenants* em relação aos níveis máximos em 2020, acreditamos que a Eneva não apresentará problemas, considerando que uma aceleração das dívidas só ocorreria caso os indicadores fossem superados por quatro trimestres consecutivos.

Ratings de Emissão - Análise de Recuperação

Avaliamos as seguintes emissões da Eneva:

Dívida	Valor Emitido	Vencimento	Rating	Rating de Recuperação
2ª Emissão de Debêntures	R\$1.3 bilhão	2024/2027/2029	brAAA	3(65%)
3ª Emissão de Debêntures	R\$ 650 milhões	2027	brAAA	3(65%)
4ª Emissão de debêntures	R\$ 600 milhões	2030	brAAA	3(65%)

Principais fatores analíticos

O rating de recuperação '3' atribuído às 3ª e 4ª emissões de debêntures *senior unsecured* da Eneva indica nossa visão de que os credores poderão esperar uma recuperação aproximada de 65% na hipótese de default nos pagamentos. Como resultado, equalizamos o rating de emissão ao rating corporativo da Eneva.

Nossa análise considera um cenário hipotético de default que ocorreria em decorrência de problemas operacionais, o que levaria a Eneva a apresentar dificuldades em refinarçar suas dívidas vencendo no curto prazo, ocasionando um possível atraso nos pagamentos. Nesse cenário simulado de default, acreditamos que haveria incentivos para sua reestruturação, considerando seu status de geradora de energia estratégica para os subsistemas nos quais está inserida (Norte e Nordeste), assim como sua integração vertical e contratos de venda de energia. Dessa forma, acreditamos que os credores atingiriam montantes de recuperação mais altos com uma reorganização da empresa, do que no caso de uma liquidação desta.

Default simulado e premissas e avaliação

- Ano do default simulado: 2024
- EBITDA de emergência: R\$1,8 bilhão
- Múltiplo de EBITDA: 5,5x

Estrutura de prioridade de pagamento (*waterfall*)

- Valor da empresa (EV - *enterprise value*) líquido após aplicação de um múltiplo de EBITDA de 5,5x e dedução de custos administrativos de 5%: R\$ 6,0 bilhões
- Recuperação esperada da dívida *senior unsecured*: 65%

*Todos os montantes de dívida incluem seis meses de juros pré-petição.

TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE RATINGS

ENEVA S.A.

Rating de Crédito de Emissor	
Escala Nacional Brasil	brAAA/Estável/--
Risco de negócio	Razoável
Risco-país	Moderadamente alto
Risco da indústria	Moderadamente alto
Posição competitiva	Razoável
Risco financeiro	Significativo
Fluxo de caixa/Alavancagem	Significativo
Modificadores	
Diversificação/Efeito-Portfólio	Neutro
Estrutura de capital	Neutra
Liquidez	Adequada
Política financeira	Neutra
Administração e governança corporativa	Razoável
Análise de ratings comparáveis	Neutra

S&P Global

Ratings

Certos termos utilizados neste relatório, particularmente certos adjetivos usados para expressar nossa visão sobre os fatores que são relevantes para os ratings, têm significados específicos que lhes são atribuídos em nossos Critérios e, por isso, devem ser lidos em conjunto com tais Critérios. Consulte os Critérios de Rating em www.standardandpoors.com.br para mais informações. Informações detalhadas estão disponíveis aos assinantes do RatingsDirect no site www.capitaliq.com. Todos os ratings afetados por esta ação de rating são disponibilizados no site público da S&P Global Ratings em www.standardandpoors.com. Utilize a caixa de pesquisa localizada na coluna à esquerda no site.

Critérios e Artigos Relacionados

Critérios

- [Critério Geral: Metodologia de rating de grupo](#), 1º de julho de 2019
- [Metodologia corporativa: Índices e ajustes](#), 1º de abril de 2019
- [Metodologia de ratings de crédito nas escalas nacionais e regionais](#), 25 de junho de 2018
- [Critério de ratings de recuperação para emissores corporativos avaliados com grau especulativo](#), 7 de dezembro de 2016
- [Metodologia e Premissas: Descritores de Liquidez para Emissores Corporativos Globais](#), 16 de dezembro de 2014
- [Principais Fatores de Crédito para a Indústria de Energia e Gás Não Regulada](#), 28 de março de 2014
- [Metodologia de Ratings Corporativos](#), 19 de novembro de 2013
- [Ratings Acima do Soberano - Ratings Corporativos e de Governo: Metodologia e Premissas](#), 19 de novembro de 2013
- [Critério Geral: Metodologia e Premissas de Avaliação do Risco-País](#), 19 de novembro de 2013
- [Metodologia: Risco da indústria](#), 19 de novembro de 2013
- [Metodologia: Fatores de créditos relativos à administração e governança para entidades corporativas e seguradoras](#), 13 de novembro de 2012
- [Uso de CreditWatch e Perspectivas](#), 14 de setembro de 2009

INFORMAÇÕES REGULATÓRIAS ADICIONAIS

Outros serviços fornecidos ao emissor

Não há outros serviços prestados a este emissor.

Atributos e limitações do rating de crédito

A S&P Global Ratings utiliza informações em suas análises de crédito provenientes de fontes consideradas confiáveis, incluindo aquelas fornecidas pelo emissor. A S&P Global Ratings não realiza auditorias ou quaisquer processos de *due diligence* ou de verificação independente da informação recebida do emissor ou de terceiros em conexão com seus processos de rating de crédito ou de monitoramento dos ratings atribuídos. A S&P Global Ratings não verifica a completude e a precisão das informações que recebe. A informação que nos é fornecida pode, de fato, conter imprecisões ou omissões que possam ser relevantes para a análise de crédito de rating.

Em conexão com a análise deste (s) rating (s) de crédito, a S&P Global Ratings acredita que há informação suficiente e de qualidade satisfatória de maneira a permitir-lhe ter uma opinião de rating de crédito. A atribuição de um rating de crédito para um emissor ou emissão pela S&P Global Ratings não deve ser vista como uma garantia da precisão, completude ou tempestividade da (i) informação na qual a S&P Global Ratings se baseou em conexão com o rating de crédito ou (ii) dos resultados que possam ser obtidos por meio da utilização do rating de crédito ou de informações relacionadas.

Fontes de informação

Para atribuição e monitoramento de seus ratings a S&P Global Ratings utiliza, de acordo com o tipo de emissor/emissão, informações recebidas dos emissores e/ou de seus agentes e conselheiros, inclusive, balanços financeiros auditados do Ano Fiscal, informações financeiras trimestrais, informações corporativas, prospectos e outros materiais oferecidos, informações históricas e projetadas recebidas durante as reuniões com a administração dos emissores, bem como os relatórios de análises dos aspectos econômico-financeiros (MD&A) e similares da entidade avaliada e/ou de sua matriz. Além disso, utilizamos informações de domínio público, incluindo informações publicadas pelos reguladores de valores mobiliários, do setor bancário, de seguros e ou outros reguladores, bolsas de valores, e outras fontes públicas, bem como de serviços de informações de mercado nacionais e internacionais.

Aviso de ratings ao emissor

O aviso da S&P Global Ratings para os emissores em relação ao rating atribuído é abordado na política "[Notificações ao Emissor \(incluindo Apelações\)](#)".

Frequência de revisão de atribuição de ratings

O monitoramento da S&P Global Ratings de seus ratings de crédito é abordado em:

- [Descrição Geral do Processo de Ratings de Crédito \(seção de Revisão de Ratings de Crédito\)](#)
- [Política de Monitoramento](#)

Conflitos de interesse potenciais da S&P Global Ratings

A S&P Global Ratings publica a lista de conflitos de interesse reais ou potenciais em "[Conflitos de Interesse — Instrução Nº 521/2012, Artigo 16 XII](#)" seção em www.standardandpoors.com.br.

S&P Global Ratings

Faixa limite de 5%

A S&P Global Ratings Brasil publica em seu Formulário de Referência apresentado em http://www.standardandpoors.com/pt_LA/web/guest/regulatory/disclosures o nome das entidades responsáveis por mais de 5% de suas receitas anuais.

As informações regulatórias (PCR, em sua sigla em inglês) da S&P Global Ratings são publicadas com referência a uma data específica, vigentes na data da última Ação de Rating de Crédito publicada. A S&P Global Ratings atualiza as informações regulatórias de um determinado Rating de Crédito a fim de incluir quaisquer mudanças em tais informações somente quando uma Ação de Rating de Crédito subsequente é publicada. Portanto, as informações regulatórias apresentadas neste relatório podem não refletir as mudanças que podem ocorrer durante o período posterior à publicação de tais informações regulatórias, mas que não estejam de outra forma associadas a uma Ação de Rating de Crédito.

S&P Global Ratings

Copyright © 2020 pela Standard & Poor's Financial Services LLC. Todos os direitos reservados.

Nenhum conteúdo (incluindo-se ratings, análises e dados relativos a crédito, avaliações, modelos, software ou outras aplicações ou informações obtidas a partir destes) ou qualquer parte destas informações (Conteúdo) pode ser modificada, sofrer engenharia reversa, ser reproduzida ou distribuída de nenhuma forma, nem meio, nem armazenada em um banco de dados ou sistema de recuperação sem a prévia autorização por escrito da Standard & Poor's Financial Services LLC ou de suas afiliadas (coletivamente, S&P). O Conteúdo não deverá ser utilizado para nenhum propósito ilícito ou não autorizado. Nem a S&P, nem seus provedores externos, nem seus diretores, representantes, acionistas, empregados nem agentes (coletivamente, Partes da S&P) garantem a exatidão, completitude, tempestividade ou disponibilidade do Conteúdo. As Partes da S&P não são responsáveis por quaisquer erros ou omissões (por negligência ou não), independentemente da causa, pelos resultados obtidos mediante o uso de tal Conteúdo, ou pela segurança ou manutenção de quaisquer dados inseridos pelo usuário. O Conteúdo é oferecido "como ele é". AS PARTES DA S&P ISENTAM-SE DE QUALQUER E TODA GARANTIA EXPRESSA OU IMPLÍCITA, INCLUSIVE, MAS NÃO LIMITADA A QUAISQUER GARANTIAS DE COMERCIALIZAÇÃO, OU ADEQUAÇÃO A UM PROPÓSITO OU USO ESPECÍFICO, LIBERDADE DE FALHAS, ERROS OU DEFEITOS DE SOFTWARE, QUE O FUNCIONAMENTO DO CONTEÚDO SEJA ININTERRUPTO OU QUE O CONTEÚDO OPERE COM QUALQUER CONFIGURAÇÃO DE SOFTWARE OU HARDWARE. Em nenhuma circunstância, deverão as Partes da S&P ser responsabilizadas por nenhuma parte, por quaisquer danos, custos, despesas, honorários advocatícios, ou perdas diretas, indiretas, incidentais, exemplares, compensatórias, punitivas, especiais ou consequentes (incluindo-se, sem limitação, perda de renda ou lucros e custos de oportunidade ou perdas causadas por negligência) com relação a qualquer uso do Conteúdo aqui contido, mesmo se alertadas sobre sua possibilidade.

Análises relacionadas a crédito e outras, incluindo ratings e as afirmações contidas no Conteúdo são declarações de opiniões na data em que foram expressas e não declarações de fatos. As opiniões da S&P, análises e decisões de reconhecimento de ratings (descritas abaixo) não são recomendações para comprar, reter ou vender quaisquer títulos ou tomar qualquer decisão de investimento e não abordam a adequação de quaisquer títulos. Após sua publicação, em qualquer maneira ou formato, a S&P não assume nenhuma obrigação de atualizar o Conteúdo. Não se deve depender do Conteúdo, e este não é um substituto das habilidades, julgamento e experiência do usuário, sua administração, funcionários, conselheiros e/ou clientes ao tomar qualquer decisão de investimento ou negócios. A S&P não atua como agente fiduciário nem como consultora de investimentos, exceto quando registrada como tal. Embora obtenha informações de fontes que considera confiáveis, a S&P não conduz auditoria nem assume qualquer responsabilidade de diligência devida (*due diligence*) ou de verificação independente de qualquer informação que receba. Publicações relacionadas a ratings de crédito podem ser divulgadas por diversos motivos que não dependem necessariamente de uma ação decorrente de um comitê de rating, incluindo-se, sem limitação, a publicação de uma atualização periódica de um rating de crédito e análises correlatas.

Até o ponto em que as autoridades reguladoras permitam a uma agência de rating reconhecer em uma jurisdição um rating atribuído em outra jurisdição para determinados fins regulatórios, a S&P reserva-se o direito de atribuir, retirar ou suspender tal reconhecimento a qualquer momento e a seu exclusivo critério. As Partes da S&P abdicam de qualquer obrigação decorrente da atribuição, retirada ou suspensão de um reconhecimento, bem como de qualquer responsabilidade por qualquer dano supostamente sofrido por conta disso.

A S&P mantém determinadas atividades de suas unidades de negócios separadas umas das outras a fim de preservar a independência e objetividade de suas respectivas atividades. Como resultado, certas unidades de negócios da S&P podem dispor de informações que não estão disponíveis às outras. A S&P estabeleceu políticas e procedimentos para manter a confidencialidade de determinadas informações que não são de conhecimento público recebidas no âmbito de cada processo analítico.

A S&P pode receber remuneração por seus ratings e certas análises, normalmente dos emissores ou subscritores dos títulos ou dos devedores. A S&P reserva-se o direito de divulgar seus pareceres e análises. A S&P disponibiliza suas análises e ratings públicos em seus sites na www.standardandpoors.com (gratuito), e www.ratingsdirect.com e www.globalcreditportal.com (por assinatura), e pode distribuí-los por outros meios, inclusive em suas próprias publicações ou por intermédio de terceiros redistribuidores. Informações adicionais sobre nossos honorários de rating estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.

Austrália

Standard & Poor's (Austrália) Pty. Ltd. conta com uma licença de serviços financeiros número 337565 de acordo com o Corporations Act 2001. Os ratings de crédito da Standard & Poor's e pesquisas relacionadas não tem como objetivo e não podem ser distribuídas a nenhuma pessoa na Austrália que não seja um cliente pessoa jurídica (como definido no Capítulo 7 do Corporations Act).